Conselho Superior da Magistratura Judicial

Concurso de Ingresso para Oficial de Justiça

CORRIGENDA PROVA DE CONHECIMENTO

GRUPO I (4 Valores)

Leia atentamente as seguintes afirmações e identifique a opção verdadeira com (V) e a falsa com (F):

1. O Conselho Superior da Magistratura Judicial, entidade promotora deste concurso é composto por 5 membros, incluindo o Presidente. __**F**__
   R: O CSMJ é constituído por 9 (nove) membros incluindo o presidente - Art.º 4º, als. a), b) e c) da Lei nº 90/VII/2011, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial;

2. O Território da República de Cabo Verde é composto exclusivamente pelas ilhas de Santo Antão à Brava, e pelos ilhéus, pelas águas interiores, as águas arquipelágicas e o mar territorial definidos na lei, assim como os respetivos leitos e subsolos. __**F**__
   R: ainda fazem parte do território da República de Cabo Verde, as ilhotas e o espaço aéreo suprajacente aos espaços geográficos - Art.º 6º, nº 1, als. a), b) e c) da Constituição da República de Cabo Verde;

3. O contrato de trabalho é um ato unilateral celebrado com uma entidade pública, agindo em nome e em representação do Estado, nos termos do qual se constitui uma relação de trabalho subordinado, de natureza administrativa. __**F**__
   R: o contrato de trabalho é um ato bilateral celebrado entre uma entidade pública, agindo em nome e em representação do Estado, e um particular (…) Art.º 69º, nº1 da Lei nº 20/X/2023, de 24 de março, que estabelece o regime jurídico do emprego público;

4. O pessoal oficial de justiça, na estrita observância dos deveres especiais, deve abster-se de colaborar na formação de oficiais de justiça. __**F**__
   R: não deve abster-se, deve colaborar na formação de oficiais de justiça – Art.º 19º, nº 2, al. g) do Decreto-lei 33/2017 de 25 de julho, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça;

5. Os Tribunais da Relação funcionam em conferência composta por três juízes. __**V**__
   R: Art.º 40º da Lei nº 59/IX/2019, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, que define a Organização, a Competência e o Funcionamento dos Tribunais Judiciais;

6. Nunca uma decisão do tribunal militar de instância, pode ser objeto de apreciação do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). __**F**__
   R: o STJ é o órgão superior dos tribunais judicias, administrativos, ficais, aduaneiros e do tribunal militar de instância, logo, a decisão do tribunal militar de instância pode ser apreciada pelo STJ - Art.º 22º da Lei nº 59/IX/2019, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, que define a Organização, a Competência e o Funcionamento dos Tribunais Judiciais;

7. Considerando as medidas de Modernização Administrativas, a correspondência transmitida por via eletrónica não tem o mesmo valor da trocada em suporte papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares tratamento diferente. __**F**__

R: não, a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares idêntico tratamento - Art.º 24º nº 4, da Lei nº 39/VI/2004, que estabelece medidas de Modernização Administrativa;

8. Compete ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, apreciar e deliberar os pedidos de transferências, colocação e nomeação dos oficiais de justiça. **_F_**
R: não compete ao presidente do CSMJ, mas sim, compete ao plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial, apreciar deliberar os pedidos de transferências, colocação e nomeação dos oficiais de justiça - Art.º 29º, al. f) da Lei nº 90/VII/2011, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial;

GRUPO II (5 Valores)

Responda as seguintes perguntas:

1. **Define o conceito de Tribunal e diga qual é a sua função?** (1 Valor)
R: Os *Tribunais são órgãos de soberania, com competência para administrar a justiça em nome do povo e tem por função, dirimir os conflitos de interesses públicos e privados, reprimir a violação da legalidade democrática e assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos - Art.º 209º e 210º do CRCV, conjugado com o nº 1 e 2 do art.º 3 da Lei nº 59/IX/2019, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais.*

2. **O território judicial da República de Cabo Verde divide-se em círculos e comarcas, sendo a área territorial da comarca correspondente ao território de cada município, onde o respetivo tribunal se encontra instalado.**
2.1. Pode uma comarca circunscrever uma área territorial que ultrapasse um Município ou, ainda, abranger áreas especialmente definidas na lei? Se sim, site dois exemplos? (1 Valor)
R: ***Sim, pode*** *- Art.º 16º, al. a), c), d), g), h) e o) da Lei nº 59/IX/2019, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais.*

3. **Para efeitos de ingresso e acesso dos magistrados judiciais, como se classifica os tribunais judiciais de comarca em função do desenvolvimento na carreira**? (1 Valor)

R: para efeito de ingresso e acesso dos Magistrados judiciais e do Ministério Público em função de desenvolvimento da carreira, os Tribunais se classificam em ***tribunais de comarca de ingresso****,* ***tribunais de comarca de primeiro acesso*** *e* ***tribunais de comarca de acesso final*** *- Art.º 48º, nºs 1, 2, 3 e 4 da Lei nº 59/IX/2019, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais.*

4. **Incluindo os tribunais da Comarca da Praia e de São Nicolau, quantos tribunais judiciais existem atualmente em funcionamento em Cabo Verde**? (2 valor)

R: atualmente em funcionamento, incluindo os tribunais da comarca de Praia e São Nicolau, existem ***22 (vinte e dois)****, tribunais judicias em Cabo Verde, sendo,* ***16*** *(dezasseis) de comarca/primeira instância,* ***2*** *(dois) de relação/segunda instância,* ***2*** *(dois) de Execução de Penas e Medidas de Segurança,* ***1*** *(uma) de Pequenas Causas e* ***1*** *(uma) que é o Supremo Tribunal de Justiça - Art.º 22º e 23º, 38º nº 1, 48º nº 1,2,3 e 4, art.º 71º nº1 e art.º 72º nº1 e 2, todos da Lei nº 59/IX/2019, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, que define a Organização, a Competência e o Funcionamento dos Tribunais Judiciais*;

GRUPO III (6 Valores)

1. **Constitui infração disciplinar a conduta do agente, ainda que meramente culposa, quer consista em ação, quer em omissão, com violação de quaisquer dos deveres gerais ou especiais decorrentes da função que exerce, independentemente da produção de resultado danoso para o serviço.**

   a) **Cite 3 (três) fatos em que será aplicada a pena de multa aos agentes e funcionários da Administração Pública, por violação dos seus deveres.** (2 Valores)
   R: als. a) a i) dos números 1 e 2, do art.º 25º da Lei 31/III/1987 de 31 de dezembro – Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, alterada pelo Decreto-Legislativo nº8/97 de 8 de maio.

   b) **No caso do pessoal oficial de justiça, indique 2 (duas) situações em que podem ser aplicadas penas disciplinares de suspensão**. (2 Valores)
   R: *als. a) a d) do nº 2 do Art.º 66º, do Decreto-Lei nº 33/2017, de 25 de julho, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça das Secretariais Judiciais e das Secretarias do Ministério Público.*

   c) **Diga qual é a pena disciplinar aplicada ao oficial de justiça que revelar fatos processuais sujeitos ao segredo de justiça ou violar o dever de sigilo profissional**. (2 Valores)
   R: *é aplicada a pena disciplinar **expulsiva** ao oficial de justiça que revelar fatos processuais sujeitos ao segredo de justiça ou violar o dever de sigilo profissional – al. a) nº 4 do Art.º 66º, do Decreto-Lei nº 33/2017, de 25 de julho, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça das Secretariais Judiciais e das Secretarias do Ministério Público.*

GRUPO IV (4 Valores)

Assinala com (x) a resposta correta:

1. **O Supremo Tribunal de Justiça:** (1 Valor)

a)	Tem sede na cidade de Assomada e jurisdição sobre todo território nacional.	
b)	É o órgão superior dos tribunais judiciais, administrativos, fiscais e aduaneiros, com exceção do tribunal militar de instância.	
c)	Funciona com três secções.	X
d)	Funciona como tribunal de primeira instância fora dos casos previstos na lei.	

R: ***Art.º 30º da Lei nº 59/IX/2019 de 29 de julho, que procede a primeira alteração à Lei nº 88/VII/2011, de 14 de fevereiro;***

2. **A Assembleia Nacional:** (1 Valor)

a)	É a assembleia que representa todos os cidadãos cabo-verdianos e estrangeiros.	
b)	Tem um mínimo de sessenta e três e um máximo de setenta e dois Deputados.	
c)	Será dissolvida, sempre que na mesma legislatura rejeitar três moções de confiança ao Governo.	
d)	Será dissolvida, sempre que na mesma legislatura aprovar quatro moções de censura ao Governo.	X

R: ***Art.º 143º nº1, al. b) da Constituição da República de Cabo Verde;***

3. **A relação jurídica de emprego público por nomeação cessa por:** (1 Valor)

a)	Licença sem vencimento de longa duração nos termos da lei.	
b)	Desligação de serviço para efeito de aposentação.	X
c)	Aplicação de pena disciplinar de suspensão.	
d)	Ausência do funcionário do seu posto de serviço sem justificação, independentemente de qualquer outra formalidade.	

R: ***Art.º 93º al. b) da Lei 20/X/2023 de 24 de março;***

4. Um dos deveres dos funcionários e agentes, no exercício da função pública é: (1 Valor)

a)	Solicitar, retirar vantagens de qualquer natureza das funções que desempenham e agir com dependência e sem isenção em relação aos interesses e pressões particulares.	
b)	Agir sem correção e consideração para com os superiores hierárquicos, colegas e subordinados.	
c)	Cumprir exata, imediata e lealmente as ordens ou instruções, exclusivamente escritas, dos superiores hierárquicos, em objeto de serviço e com forma legal.	
d)	Desempenhar as suas funções em subordinação aos objetivos do serviço e na perspetiva da prossecução do interesse público.	X

R: ***Art.º 14º al. k) da Lei 20/X/2023 de 24 de março;***

1. Comente a seguinte afirmação:

A República de Cabo Verde é um Estado de Direito e Democrático. (1 Valor)

1. **Estado de Direito**
Isso significa que todas as ações do Estado estão sujeitas à lei. Ninguém está acima da lei, incluindo os governantes. As instituições funcionam com base em normas legais previamente estabelecidas, e há garantias para os direitos e liberdades dos cidadãos. O poder é limitado pelo direito.

2. **Estado Democrático***:*
Cabo Verde se organiza sob sistema político da democracia, ou seja, o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos. A participação cidadã, o respeito pelo pluralismo político e a realização de eleições livres e justas são características essenciais desse modelo.